

**- Observatório de Política Externa Brasileira -**  
**Informe Semanal nº 36**  
**10/12/04 a 16/12/04**

**Apresentação:**

O Observatório de Política Externa Brasileira é um projeto de informação semanal da Graduação em Relações Internacionais, e um dos trabalhos executados pelo Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES), do Centro De Estudos Latino-americanos (CELA) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, (UNESP), *campus* de Franca.

Trata-se de uma resenha a respeito das notícias que têm por tema central a política externa brasileira e que foram veiculadas nos periódicos: *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*.

**Comunidade Sul-Americana de Nações**

Ao fim da III Cúpula de Presidentes da América do Sul, que foi marcada pela ausência de importantes mandatários e por reclamações, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva defendeu que os países do continente esqueçam divergências e cancelem de vez dívidas do passado a partir do advento da Comunidade Sul-Americana de Nações (CSN). Os presidentes da Argentina, Paraguai e Uruguai não participaram da reunião em Cuzco, apenas enviaram representantes. Os presidentes Álvaro Uribe, Hugo Chavez e Ricardo Lagos se queixaram do excesso de reuniões e da falta de dinamismo nas relações regionais. Lula ressaltou que a CSN não quer ser um foco de briga com os Estados Unidos e com os organismos financeiros internacionais. Contudo, afirmou que o grupo de 12 países da região confia na disposição do Fundo Monetário Internacional (FMI) em excluir dos cálculos de superávit primário os investimentos em infra-estrutura que possibilitarão a liberalização de recursos para integração física do continente. Na Declaração de Cuzco, documento que criou a CSN, os presidentes defenderam um espaço de "concertação política e diplomática" que possa pôr em prática 31 projetos conjuntos de interligação de infra-estrutura entre os países. O projeto da CSN é ambicioso, prevê uma moeda comum, um parlamento e o fim dos vistos de entrada para cidadãos sul-americanos. Temas como meio ambiente, direitos humanos, transparência governamental, desenvolvimento social e combate à corrupção também foram incluídos na Declaração. (Folha de S. Paulo – Dinheiro –

14/12/04; O Estado de São Paulo – Economia – 10/12/04; O Globo – Economia – 10/12/04).

### **Embaixador americano anuncia retomada das negociações da ALCA**

O embaixador americano junto à Brasília, John Danilovich, em reunião na Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados do Brasil, expressou sua confiança na retomada das negociações para a criação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) já no início de 2005. Na semana passada, o chanceler Celso Amorim havia trocado cartas com o representante para o Comércio Exterior dos EUA, Robert Zoellick, para tratar do reinício das discussões. A confirmação, feita por Zoellick e Danilovich, da manutenção das negociações com base no formato "à la carte", firmado no Acordo de Miami, tranqüilizou as autoridades brasileiras. "Acho interessante que os EUA e o Brasil avoquem para si o fardo da liderança e da responsabilidade, como co-presidentes, e se empenhem em trabalhar em conjunto para concluir com sucesso as negociações, que irão beneficiar todos os 34 países participantes", disse Danilovich aos deputados brasileiros. As negociações da ALCA são co-presididas por Brasil e Estados Unidos. (O Estado de S. Paulo – Economia – 10/12/04).

### **Brasil abre seu mercado de compras públicas para o Mercosul**

O mercado brasileiro de licitações federais será aberto aos demais sócios do Mercosul. O Brasil é considerado o país mais protecionista do bloco neste tema. De acordo com negociadores do Mercosul, o excesso de exigências da Lei de Licitações brasileira torna impossível a participação dos sócios nas concorrências. Com a aprovação do Protocolo de Compras Públicas, as empresas dos outros membros do bloco deverão ter tratamento nacional nos processos de licitações. Esta medida é considerada pelo governo brasileiro um passo importante na construção do mercado comum, que permite a livre circulação de mercadorias, bens de produção, cidadãos e capital. Embora a formação da união aduaneira, que é uma etapa preliminar no processo de integração econômica, esteja em crise por causa das reiteradas ações protecionistas da Argentina, Brasília não quer o processo de negociações seja travado por questões pontuais. (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 10/12/04).

### **Argentina quer salvaguardas no Mercosul**

Representantes do governo brasileiro e argentino reuniram-se no dia 10 de dezembro, em Buenos Aires, para tratar da reivindicação Argentina de que o



Mercosul conte com salvaguardas para evitar eventuais "desequilíbrios" ou "assimetrias" comerciais entre os membros do bloco. A proposta apresentada previa a adoção de uma espécie de gatilho, que acionasse as restrições às importações toda vez que houvesse descompasso entre as taxas de crescimento da economia dos dois países, ou variação cambial, e ainda sob qualquer hipótese de aumento inusitado dos desembarques. O Brasil recusou a proposta, alegando, por sua vez, que ela fere o espírito de livre comércio, um dos princípios básicos do Mercosul. Contudo, não foram descartadas possibilidades de oferecer medidas que pudessem satisfazer a alegada necessidade de proteger a indústria do país platino. Neste viés, o governo apresentou como contraproposta a realização de um estudo profundo sobre a estrutura industrial de cada país, de forma a alimentar políticas convergentes para o desenvolvimento do setor, e o financiamento de obras de infra-estrutura e de exportações de produtos brasileiros com componentes argentinos por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e do Programa de Financiamento das Exportações (Proex). A negociação sobre a questão será retomada em um mês, mas a Argentina já comunicou que será irredutível na defesa de seus interesses. Embora estes assuntos não façam parte da pauta da cúpula do Mercosul realizada em Ouro Preto, a questão tem sido tocada. Celso Amorim não desmentiu a possibilidade de o Brasil negar as salvaguardas argentinas, alegando que uma visão global é preferível à defesa particular dos interesses comerciais de cada país, através de uma política industrial comum no bloco. Do lado argentino, percebeu-se um posicionamento mais enfático de seus representantes no que tange os interesses nacionais argentinos, havendo, inclusive, rumores sobre nova restrição a produtos brasileiros. O presidente argentino afirmou ainda que, em caso de retaliação brasileira, o país deverá mostrar como sua economia seria prejudicada pelas medidas argentinas. (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 10/12/04; Folha de S. Paulo – Dinheiro – 11/12/04; Folha de S. Paulo – Dinheiro – 12/12/04; Folha de S. Paulo – Dinheiro – 13/12/04; Folha de S. Paulo – Dinheiro – 15/12/04; Folha de S. Paulo – Brasil – 16/12/04; O Estado de S. Paulo – Economia – 10/12/04; O Estado de S. Paulo – Economia – 11/12/04, O Estado de S. Paulo – Economia – 12/12/04; O Estado de S. Paulo – Economia – 13/12/04; O Estado de S. Paulo – Economia – 14/12/04; O Estado de S. Paulo – Economia – 15/12/04; O Estado de S. Paulo – Economia – 16/12/04; O Globo – Economia – 11/12/04; O Globo – Economia – 12/12/04; O Globo – Economia – 13/12/04; O Globo – Economia – 14/12/04; O Globo – Economia – 15/12/04).

### **Mercosul comemora 10 anos na Cúpula de Ouro Preto**

A despeito das pendências comerciais que existem internamente, o Mercosul sairá maior da Cúpula de Ouro Preto, não apenas por conta da adesão de mais três sócios da América do Sul (Colômbia, Equador e Venezuela), mas pela conclusão das negociações para acordos de preferências tarifárias, com reduções de até 100% nas tarifas de importação, com a Índia e os países da África Austral (África

do Sul, Namíbia, Botsuana, Suazilândia e Lesoto). Além disso, o bloco negocia ainda acordos comerciais com Canadá, México, Paquistão, Israel, China e Japão. A reunião que relançou o mercado comum do bloco sul-americano, decidiu sobre a adesão do Equador, como membro associado, e submeteu a criação do Parlamento do Mercosul à aprovação dos presidentes. Outros assuntos tratados foram a eliminação da dupla cobrança de tarifas de importação dentro do Mercosul e os acordos do bloco com a Índia e com o grupo de países do Sul da África. Sobre o acordo indiano, tratou-se da redução ou eliminação de tarifas de importação de 450 produtos diversos, como autopeças e carne suína. No acordo com os africanos, que têm tratamento privilegiado, foi conferida a redução ou eliminação de tarifas a 1000 produtos. Foi também criado um Fundo de Convergência Estrutural, com o objetivo de reduzir as assimetrias econômicas dentro do bloco. O Fundo, que não tem valor nem forma de atuação estipuladas, promoverá ainda o aumento de competitividade das economias e a coesão social. Algumas autoridades argentinas não compareceram ou chegaram atrasadas à reunião, mas o ministro Celso Amorim afirmou que a Argentina estava muito bem representada por sua delegação, dando importantes contribuições. O presidente Lula durante a reunião reuniu-se com os presidentes da Bolívia e Venezuela. (Folha de S. Paulo – Brasil – 15/12/04; Folha de S. Paulo – Brasil – 16/12/04; Folha de S. Paulo – Dinheiro – 16/12/04; O Estado de S. Paulo – Economia – 12/12/04; O Estado de S. Paulo – Economia – 13/12/04; O Estado – Economia – 14/12/04; O Estado – Economia – 15/12/04; O Estado de S. Paulo – Economia – 16/12/04; O Globo – Economia – 12/12/04; O Globo – Economia – 13/12/04; O Globo – Economia – 15/12/04; O Globo – Economia – 16/12/04).

### **Brasil buscou maior retaliação aos EUA na OMC**

Após obter a declaração da Organização Mundial do Comércio (OMC) de que os subsídios domésticos e apoio à exportação do algodão nos EUA são ilegais, representantes do Brasil na organização reuniram-se entre os dias 13 e 15 de dezembro com representantes norte-americanos para uma audiência com os juízes do Órgão de Apelação OMC. Sua missão é convencer os juízes a ampliar a condenação imposta aos Estados Unidos em virtude dos subsídios ao algodão e frente à acusação de apoio à exportação de arroz e de carne norte-americanos. A opção do Itamaraty, tendo em vista a apelação dos EUA, foi apresentar uma contra-apelação e pedir considerar novos pontos da queixa inicial, não considerados anteriormente. Os árbitros terão até o início de 2005 para apresentarem sua decisão. (O Estado de S. Paulo – Economia – 13/12/04).

### **Brasil condicionou apoio à Rússia na OMC a vantagens comerciais**

O subsecretário de Assuntos Econômicos do Itamaraty, Clodoaldo Hugueney, afirmou nesta semana que as negociações para o apoio da entrada da Rússia na OMC não estão concluídas e que estará condicionado aos termos de acesso de produtos brasileiros ao mercado russo. Um dos temas das negociações é o embargo russo à carne brasileira, que, segundo o Itamaraty, está impedindo a conclusão das discussões entre Brasília e Moscou. (O Estado de S. Paulo – Economia – 13/12/04).

### **Paraguai quer compensação do Mercosul para diminuir a pirataria**

Uma vez que a diminuição do contrabando é um dos objetivos do Mercosul, o Paraguai quer compensações dos parceiros do bloco, principalmente do Brasil, para fazê-lo, já que grande parte da atividade econômica do país baseia-se na informalidade. A entrada para o bloco teria contribuído para dar certa robustez institucional ao Paraguai, reduzindo a renda gerada pela ilegalidade. Desse modo, o país quer ajuda para desenvolver atividades produtivas, pois o desmonte do triângulo da pirataria (Paraguai-Brasil-Argentina) teria diminuído ainda mais a renda do país mais pobre do bloco-sul-americano. Recentemente, o presidente Lula prometeu ao presidente paraguaio, Nicanor Duarte Frutos, U\$300 milhões do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 13/12/04).

### **Viegas foi indicado para a embaixada da Espanha**

O ex-ministro da Defesa, José Viegas Filho, foi indicado pelo presidente Lula ao cargo de embaixador do Brasil na Espanha. Viegas, ministro de primeira classe da carreira diplomática do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores e ex-embaixador do Brasil na Rússia, precisa ter sua indicação ainda aprovada pela Comissão de Relações Exteriores e pelo plenário do Senado. No mesmo dia, 14 de dezembro, o presidente também indicou Osmar Vladimir Chohfi para o cargo de representante permanente do Brasil junto à Organização dos Estados Americanos (OEA). Chohfi é diplomata e foi secretário-geral do Ministério das Relações Exteriores no governo Fernando Henrique Cardoso. (O Estado de S. Paulo – Nacional – 15/12/04).

### **Brasil pode entrar em disputa com a UE**

A falta de consenso, dentro do governo brasileiro, sobre a questão da importação de pneus usados pode dar vasão para que a União Européia (UE) entre com uma queixa na Organização Mundial do Comércio (OMC). Segundo uma lei brasileira

de 2000, produtos previamente usados não podem ser importados, portanto, pneus recauchutados estariam impedidos de serem vendidos ao mercado nacional. O Itamaraty, sabendo da acusação européia de discriminação, apresentou, dia 13 de dezembro, a Câmara de Comércio Exterior (Camex) uma proposta comercial que poderia evitar uma disputa na OMC. A sugestão foi autorizar a importação do produto europeu, mas elevar as tarifas a um nível que, na prática, impossibilitaria o comércio. Diante da elevação das tarifas o Brasil teria de negociar uma concessão em outro setor, mas, ainda assim, a saída era vista como uma forma positiva de evitar uma disputa e eventual derrota. A proposta, porém, não foi aceita pela ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, que pediu que os aspectos ambientais fossem levados em conta na resolução. A decisão da Camex foi a de reavaliar o caso, adiando a decisão que deveria ter sido comunicada no próprio dia. Porém, ao que tudo parece, a UE não está disposta a esperar por muito mais tempo uma resposta. (O Estado de S. Paulo – Economia – 15/12/04).

### **Uruguai pretende negociar com países fora do Mercosul**

A três meses e meio da posse, Tabaré Vázquez, primeiro presidente de esquerda da história do Uruguai, busca meios para reagir contra a crise econômica que jogou seu país em situação de pobreza e, para isso, já anunciou que negociará com países não pertencentes ao Mercosul. O consenso dentro do futuro governo é pela permanência do Uruguai no bloco, mas o pequeno país oferecerá seus produtos - carne bovina, couro e lã – aos Estados Unidos, à China, ao Japão e aos países da União Européia. (O Estado de S. Paulo – Economia – 15/12/04).

### **FMI aprova nona revisão de acordo com o Brasil**

O Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Ministério da Fazenda divulgaram nesta quarta-feira a aprovação da nona revisão do acordo com o Brasil. Na nota, o FMI ressalta que o PIB brasileiro cresceu mais de 6% no acumulado dos últimos 12 meses, e que o crescimento está presente em todos os setores da economia. O FMI reconheceu o esforço brasileiro em cumprir a meta do superávit primário, além de considerar cautelosa a política econômica conduzida pelo Banco Central. Na nota, o FMI considera ainda a finalização do projeto brasileiro de aumentar investimentos em infra-estrutura de forma sustentável no âmbito fiscal, de modo que parte destes investimentos não seja considerada como despesa, não sendo contabilizada no endividamento do setor público. Além disso, o Fundo inferiu que a lei das Parcerias Público Privadas (PPPs) deve encorajar o investimento privado em infra-estrutura. O ministério da Fazenda lembrou também que novos postos empregos foram criados e que a economia do país cresceu nos últimos meses.



**OBSERVATÓRIO DE POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA**

(Folha de S. Paulo – Dinheiro – 16/12/04; O Estado de S. Paulo – Economia – 16/12/04).